

Linguagem e cognição na constituição de uma cognição musical

(LANGUAGE AND COGNITION IN THE FORMATION OF A MUSICAL COGNITION)

Marcelo Mello

51º Seminário do GEL - Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (Taubaté, 2003)

http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2004/4publica-estudos2004-pdfs-comunic/linguagem_cognicao.pdf

ABSTRACT: Enlarging the reach and the sense of a intersubjective, social and discursive view of their contents, the possible relationships between language and human cognition can modify the influence of a "semiological" model of the linguistic contents in other human manifestations, as the music - or its scientific, cognitive research, associated to the name of musical cognition.

KEYWORDS: *music; cognition; language; brain; mind*

As tradições teóricas e filosóficas a respeito das relações entre linguagem e pensamento caracterizam-se comumente por uma cisão entre estes dois elementos, principalmente desde a cisão filosófica entre o corpo (a realidade material) e a alma (o pensamento, a racionalidade) proposta por DESCARTES. Uma noção de linguagem como objeto, mecanismo de sentido racional e lógico a serviço de uma racionalidade individual (de uma subjetividade), encontrável desde as formulações cartesianas, terá então, por sua vez, fortes características racionalistas e formalistas (de um conjunto de regras ou um código lógico e formal, irreduzível e imbuído *a priori* de sentido), mecanicistas e fisicalistas (de uma concretude material e invariável, ou mesmo física, dada objetivamente na natureza), ou naturalistas e inatistas (de uma organicidade "natural", advinda de propriedades biológicas do sistema nervoso e animal). Ora, estas características serão condizentes não só com o método estruturalista – de estudo da linguagem como sistema de oposições entre elementos distintos, que marca a formulação do estudo da linguagem, a Lingüística, como ciência (SAUSSURE 1916) – mas também com os postulados da maior parte das atuais pesquisas científicas (empiricistas) a respeito dos fundamentos da mente humana, agrupáveis institucionalmente com o nome de Ciências Cognitivas, ou talvez de forma mais adequada, em uma linha teórica geral comum imputável como cognitivismo.

A palavra "cognição" pode ser descrita num dicionário como o processo de "aquisição do conhecimento"; seu uso nos meios científicos aparece associado mais especificamente ao estudo de processos específicos da percepção e da atividade motora, animais e humanas, e principalmente sua relação com o pensamento e a razão, ou com "atividades mentais superiores". Ou seja, ao momento

justamente em que a sensação física (perceptual) e o pensamento abstrato podem se "transformar" ou se "transmitir" um ao outro. Se os processos mentais superiores são acessíveis para descrição e explicação apenas através de especulação filosófica, os processos perceptuais e motores apresentam um vasto campo objetivo e material para estudos científicos, empíricos, formais e precisos. A partir desta fórmula simples, a proposição atual de respostas científicas (empíricas, materialistas) a respeito da mente humana responde a origens históricas, epistemológicas e ideológicas delimitáveis (DUPUY 1996); abarca na verdade questões fundamentais do conhecimento humano; e, ao mesmo tempo, têm profundas controvérsias em sua própria conceituação. Historicamente, ela deve ao "dualismo ontológico" oriundo do *"cogito ergo sum"* (*"penso logo existo"*) de DESCARTES (identificável com o princípio do método científico atual e de toda a filosofia moderna), e posteriormente a longínquos posicionamentos de caráter empiricista (Locke, Hume, Stuart Mill, etc. -- cf. HAMLYN 1995; FREITAS 1994); mais recentemente, ao intrincado desenvolvimento teórico e tecnológico das ciências matemáticas e mais especificamente computacionais durante o século XX, o que permite situar o movimento cognitivista, em grande parte, como fruto de uma visão formalista, fisicalista, logicista e mecanicista dos processos mentais, de uma mecanicidade da razão humana, a partir de pesquisas como as de TURING, MCCULLOCH, VON NEWMAN, etc. Trata-se então de investigar portanto uma *"resposta científica, portanto materialista, ao velho problema filosófico da relação entre a alma e o corpo"* (mais uma vez DUPUY 1996).

Haverá, porém, posições discordantes em relação a um papel meramente instrumental, formal ou mecanicista dos fenômenos da linguagem, opondo, a uma estrutura (um objeto) lógica e invariável, a noção de uma atividade *"linguagreira"* (AUROUX 1994) do dia-a-dia, um processo (entre sujeitos da linguagem) construído dentro de contextos humanos, sociais e históricos. Se uma linguagem postulada como mecanicista e instrumental é concordante com as abordagens materialistas e científicas da Ciências Cognitivas, a noção da, linguagem como um processos intersubjetivo e contextual também pode representar um paradigma de oposição aos preceitos teóricos das pesquisas cognitivistas. Nessa situação, a linguagem não é mais necessariamente vista apenas como manifestação de uma estrutura formal (da língua, do pensamento ou de processos cognitivos mais primários), mas passa a ser valorada também como atividade, estruturada e estruturante destes processos (a língua, o pensamento, processos cognitivos, etc.). Para além de suas categorias estruturais, para além de um sistema determinístico, a linguagem enquanto "atividade constitutiva" dilui e amplia as fronteiras do linguístico, definindo-o como um processo, sempre intersubjetivo, entre indivíduos (ou sujeitos linguísticos) específicos, mais do que baseado em princípios invariáveis, sejam estruturais (ou sintáticos), sejam de referência a "objetos" denotativos da realidade (aos quais se deva imputar um "valor-de-verdade"). Da mesma forma, se pela separação entre sistema linguístico (de funcionamento da significação, abordável pela metodologia estruturalista) e suas manifestações, o método estruturalista determina uma dicotomia essencial entre língua (estrutura formal) e fala (manifestação humana, intersubjetiva), esta dicotomia perde sua força conceitual na medida em que são valorizados elementos ligados às formas e processos linguísticos dialógicos, enunciativos ou ilocucionais, de questionamento das maneiras pelas quais é possível se formar e se manter estes sujeitos linguísticos enquanto tais, enquanto usuários de uma língua, enquanto falantes válidos ou autorizados (o que abarca também suas condições de manifestação ou produção). Nesse movimento, onde podem ser acolhidos diversos pontos de vista distintos dentro de disciplinas pertinentes aos estudos da linguagem (pragmática, teorias enunciativas, discursivas, etc.), cria-se uma posição essencialmente lingüística em relação aos processos mentais. A partir deste ponto, cada uma das principais características que as ciências cognitivas aplicam a seu objeto de estudo pode ser reconstruída.

Porém, para que possa ser alçada à condição de uma nova epistemologia, uma abordagem intersubjetiva, interlocutiva, dos conteúdos e processos mentais, deve ter a capacidade de abarcar questões interdisciplinares pertinentes, especialmente no tocante à constituição de processos cognitivos. Tal é o caso, por exemplo, das estreitas relações imputadas entre a linguagem e a música, entre os processos linguísticos e as manifestações musicais, que podem ser apresentadas entre os mais comuns axiomas dentro do conhecimento humano. Por sua vez, as relações entre música e a cognição humana têm suscitado uma miríade de trabalhos recentes nos mais diversos assuntos correlatos, que podem ser reunidos sob o termo genérico de cognição musical, ou outros de igual valor. Estudos sobre cognição musical constituem um ramo científico atual tão florescente quanto a diversidade encontrada nas próprias ciências cognitivas, com vários estudos particulares e "tratados" literários abrangentes, periódicos científicos especializados, centros de pesquisa espalhados pelo mundo. De modo geral, para cada uma das grandes áreas de interesse (ou das prerrogativas teóricas) de onde são enunciadas características cognitivas de nosso comportamento, pode se encontrar aplicações já formalizadas no terreno da música. As bases epistemológicas e inter-relacionáveis dentro das pesquisas em cognição musical, por sua vez, foram o tema de minha recente dissertação de mestrado (MELLO 2003).

A Lingüística, como modelo interdisciplinar, tem de fato papel preponderante em postulações teóricas e metodológicas atuais em várias áreas afins da cognição musical. É através de uma perspectiva lingüística (estruturalista), portanto, que pode se vislumbrar já uma primeira forma de introduzir a linguagem em suas relações com a música: como o sistema semiológico por natureza, a linguagem verbal se impõe como modelo estrutural (estruturalista?) para outras "linguagens", entre elas a musical, permitindo-lhes uma forma anterior de conceituação e de funcionamento (como em BENVENISTE 1966). Nesse caso, a música assemelhar-se-ia ou "aspiraria" a um sistema semiológico ou mesmo estruturalista, ou seja, um sistema auto-referente onde as regras de inter-relação entre seus elementos se mostrem nítidas ou ao menos imbuídas de sentido, de validade pela simples oposição que estes elementos fazem entre si, como nas prerrogativas estruturalistas. Uma proposta como esta pode ser considerada como disseminada em todas as possíveis áreas de atuação de uma cognição musical: epistemologia (SEEGER 1977), análise musical (LERDAHL, JACKENDOFF 1981), neuromusicologia em suas diversas formulações (DALLA BELLA, PERETZ 1999; BESSON KUTAS 1997, etc.), inteligência artificial aplicada à música (SMOLIAR 1980) teorias de desenvolvimento humano e infantil (VANEECHOUTTE, SKOYLES 1998), etc. Cria-se aqui, portanto, uma situação de interdisciplinaridade, no sentido clássico, entre modelos linguísticos e sua aplicação em conteúdos cognitivos em música.

Ocorre que uma tal "interdisciplinaridade" restrita entre objetos do conhecimento mantém uma condição de instrumentalidade funcional, de "comparação de fins adequadamente atingidos", tanto no campo da linguagem como principalmente no campo da música, identificada dentro dos paradigmas formais estipulados em nossos meios sociais. Isto é, a cognição musical será prescrita a partir das características presentes na música "normal" que conhecemos, dos padrões musicais estabelecidos socialmente, de uma idéia (idealização) pré-formada dos conteúdos musicais. Mais que isto, esta "idéia" do que seja o musical é apresentada como possuidora de um caráter universal, racional e causal, uma vez que determinada por princípios cognitivos, ou em última instância científicos (empíricos, racionalistas). Se é estipulada uma necessidade "causal" entre a percepção musical e seus objetos, esta causalidade não parece fornecer dados novos nem para uma livre interpolação entre música e musicalidade (entre elementos musicais e seus efeitos psicológicos), nem para uma relação contingente com a linguagem e a Lingüística, para além de uma mera instrumentalidade. E as perguntas de fundo epistemológico permanecem sem resposta neste caso: o

musical é definível a partir das propriedades das manifestações reais da música? A música, é definível a partir de propriedades declaráveis do musical? Ou, dentro da relação entre música e linguagem:

"A música é uma linguagem? [...] Ou se estrutura como uma linguagem? De que material ela se constitui? A 'linguagem do som' [musical] e a 'linguagem falada' têm uma mesma natureza? [... Haveria então] uma espécie de 'poder' ou 'ingerência' da música na linguagem falada? Ou será que a expressão 'linguagem musical' seria mais uma espécie de metáfora? Se ela existe, qual o seu lugar na semiologia?" (MORATO 2001).

Assim, deverá apresentar consequências profundas, para a cognição musical, a afirmação da possibilidade de uma nova epistemologia, uma nova teoria do conhecimento, intersubjetiva e de interconstituição entre a linguagem (as práticas lingüísticas) e a cognição, ou entre estas e o ambiente (contextual) que os cercam. Os objetos (ou as manifestações) musicais passam a não ser mais definíveis simplesmente a partir de um mecanismo causal, cognitivo, lógico (ou simplesmente sonoro, auditivo). Eles corresponderão a um processo de identificação, valoração e interpretação subjetiva (por sujeitos) de objetos passíveis de serem considerados como musicais, portadores de uma mensagem musical. É um paradigma epistemologicamente bastante diverso da causalidade explicativa buscada nas perspectivas cognitivistas: a ênfase deixa de ser dada no objeto musical, e volta-se ao sujeito; um mecanismo objetivo de percepção passa a ser tomado como um processo de interpretação, e a música deixa de ser uma questão essencialmente de estrutura, e passa a se relacionar meramente com uma posição definida. Ou seja, as instâncias musicais podem passar a ser consideradas como normas de funcionamento de um determinado discurso (de uma determinada formação ideológica), e as manifestações musicais, como adequações subjetivas, ou subjetivadas, de construção de "lugares" possíveis de sua percepção - os sujeitos musicais. A cognição musical, finalmente, pode ser apresentada para além de uma descrição de delimitações empíricas dos objetos (dos fenômenos) musicais, como testemunhas de particularidades processuais de eventos de formação de uma subjetividade musical. Ou seja, não uma cognição da música, mas a cognição de um discurso musical, de um discurso da música.

O estudo de um discurso em música pode se ampliar de um discurso das "estruturas musicais", para tomar como pertinentes todas as formas de inter-relação entre um fazer musical (um falar de música, uma experiência musical, etc.) e uma constituição imaginária do signo musical, ou do objeto musical. No peso valorativo (constitutivo) dos termos e das proposições envolvidas nesta relação, em todas as instâncias nas quais é possível determinar os indivíduos responsáveis pelo ato musical (quem ou o quê faz música; para quem; onde; quando; quais são os pré-requisitos para que se tenha uma música; questões de valor e julgamento estético, etc.). No próprio caráter técnico-retórico, presente nas formulações de uma "metáfora" musical existente entre suas manifestações e sua delimitação teórico-funcional. Na tendência (diria-se tão "universal" quanto as próprias manifestações musicais) de imposição social, ideológica, dos sistemas musicais, como sistemas naturais, dotados de propriedades "inefáveis", além (ou aquém) de qualquer formulação ou indicação material (concreta), "implícitos", "metafóricos", identificados com uma Música "ela-mesma". E também na possibilidade de estudos delimitados, de "campos discursivos" (MAINGUENEAU 1984) específicos, dentro de um período histórico (ex. o sistema musical chinês; o canto gregoriano; o sistema tonal em várias acepções), de uma sociedade ou de uma relação social (política) (ex. a teoria musical como um processo de constituição de uma classe social, os músicos, ou mesmo como ritual iniciatório, mitológico; os processos de culturalização, produção e consumo dos objetos musicais).

É claro, a incipiência de abordagens como estas é tão clara quanto a da própria construção de uma tal “nova epistemologia”, um modelo intersubjetivo para as relações de fulcro entre linguagem e cognição. O caso aqui é apenas o de apontar para a grande questão da subjetividade musical, das várias formas de limite entre a música e a não-música, como ponto central no desenvolvimento futuro dentro da cognição musical. E também o de encarar estes dados como evidências específicas e locais, delimitadas, no processo de contínua construção do conhecimento humano (e musical), levando a novas fronteiras possíveis, a novas formas possíveis, a novas cognições possíveis; seria possível, afinal, dar a “última palavra” científica sobre música, determinar de uma vez por todas as possíveis estruturas, as possíveis seqüências, as possíveis atividades musicais? E quanto às lingüísticas, ou às cognitivas?

RESUMO: Ampliando o alcance e o sentido de uma visão intersubjetiva, social e discursiva de seus conteúdos, as possíveis relações de interconstitutividade entre a linguagem e a cognição humanas podem modificar o papel de “modelo semiológico” dos conteúdos lingüísticos frente a outras manifestações humanas, como a música – ou sua formulação científica, cognitiva, associada ao nome de cognição musical.

PALAVRAS-CHAVE: música ; cognição ; linguagem ; cérebro ; mente

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DASCAL M. (1983). *Pragmatics and the Philosophy of Mind*. Amsterdam: John Benjamins.
- MORATO E.M. (1996). *Linguagem e cognição : as reflexões de L.S Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem*. São Paulo: Plexus.
- SAUSSURE F. (1916). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix; (1971).
- DUPUY J-P. (1996). *Nas origens das Ciências Cognitivas*. São Paulo: Editora da Unesp.
- HAMLIN D.W. (1995). Epistemology, history of. IN *The Oxford Companion to Philosophy*; Oxford University Press; online <http://www.xrefer.com/entry/551937> (citado em 09/12/02).
- FREITAS M.T.A. (1994). *Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação: um intertexto*. São Paulo: Ática.
- AUROUX S. (1994). *Filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BENVENISTE E. (1966). A semiologia da língua . IN *Problemas de Lingüística Geral II*; Campinas: Pontes; pp 43-67; (1974).
- BARTHES R. (1990). *O óbvio e o obtuso - ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SEEGER C. (1977). *Studies in Musicology (1935)-(1975)*. Berkeley: University of California Press.
- LERDAHL F., JACKENDOFF R. (1981). Generative Music theory and its relation to psychology . *Journal of Music Theory* 25:45-90.
- DALLA BELLA S., PERETZ I. (1999). Music Agnosias: Selective Impairments of Music Recognition After Brain Damage . *Journal of New Music Research* 28(3):209-216.

- BESSION M., KUTAS M. (1997). Manifestations életriques de l'activité de langage dans le cerveau . IN FUCHS C., ROBERT S.(orgs.); *Diversité des langues et représentations cognitives*; Paris: Ophrys; pp 251-271.
- SMOLIAR S. (1980). Music programs: an approach to music through computational linguistics . Journal of Music Theory 20(1).
- VANEECHOUTTE M., SKOYLES J.R. (1998). The memetic origin of language: modern human as musical primates. Journal of Memetics - Evolutionary Models of Information Transmission 02; online http://jom-emit.cfpm.org/1998/vol2/vaneechoutte_m&skoyles_jr.html (citado em 13/01/2003).

The philosophical and theoretical tradition about the language-mind relations presents commonly a scission between them, mainly since the philosophical division between the body (the material reality) and the soul (the mind, the rationality) introduced by DESCARTES. Then, the notion of language as an object, as a mechanism of sense production, to service of an individual rationality (of a subjectivity) – founded since the cartesian formulations – will have clear traces of rationalism and formalism (of a group of rules or a logical and formal, unyielding code and dipped *a priori* of sense), mechanicism and physicalism (of a reality material and invariable, or even physical, occurred objectively in the nature), or naturalism and inatism (of an “organic” naturalness, aroused from biological properties of the nervous system). By the way, these characteristics will be suitable not only with the structuralist method – or the study of the language as a system of oppositions among different elements, which marks the acceptance of the study of the language, the Linguistics, as science (SAUSSURE 1916) – but also with the postulates of most of the current scientific researches regarding the foundations of the human mind, that can be institutionally grouped with the name of Cognitive Sciences, or perhaps in a more appropriate way, in a common theoretical line imputable as cognitivism.

The word “cognition” can be described in a dictionary as the process of “acquisition of the knowledge”; its use in the scientific ways appears associated more commonly to the study of specific processes of the perception and of the animal and human motor activity, and mainly with his relationship with the mind and the reason, or with “superior” mental activities. In other words, to the precise moment in that the physical sensation (perceptual) and the abstract thought can “to transform” or “to transmit” each other. If the mental superior processes are just accessible for description and explanation through philosophical speculation, the perceptual and motoric processes present a vast objective and material field for scientific, empiric, formal and precise studies. Starting from this simple formula, the current proposition of scientific answers (empiric, materialistic) regarding the human mind answers to historically, epistemologically and ideologically delimited origins (DUPUY 1996); it embraces fundamental questions of the human knowledge actually; and, at the same time, it have deep controversies in its self conception. Historically, it owes to the “ontological dualism” originated from the “*cogito ergo sum*” (“I think soon I exist”) of Descartes (identifiable with the beginning of the current scientific method and of the whole modern philosophy), and later to distant positions of empiricist character (Locke, Hume, Stuart Mill,, etc. – cf. HAMLYN 1995; FREITAS 1994); more recently, to the intricate theoretical and technological development of the mathematical and computational sciences during the 20th century, which allows localize the cognitivism, largely, as fruit of a formalist, physicalist, logicist and mechanist vision of mental processes, starting from researches as the one of TURING, MCCULLOCH, VON NEWMAN, etc.

Therefore, it is the question of investigating a *“scientific, therefore materialistic, answer to the old philosophical problem of the relationship between the soul and the body”* (once again DUPUY 1996).

There will be, however, disagreed positions in relation to a merely instrumental, formal or mechanic role of the language phenomena, positions that oppose, to a structure (an object) logic and invariable, the notion of an activity *“linguageira”* (AUROUX 1994) of everyday, a process built inside of human, social and historical contexts (among language subjects). If language postulated as mechanic and instrumental is in agree with the materialistic and cientificist approaches of the Cognitive Sciences, the notion of the language as a intersubjective, contextual process can also represents an opposite paradigm to the theoretical precepts of the cognitivist researches. Besides, is no more necessary see the language just as manifestation of a formal structure (of the language, of the thought or of more primary cognitive processes), but it becomes also valued as activity, structured and structuring these processes (the language, the thought, cognitive processes, etc.). Beyond its structural categories, beyond a deterministic system, the language while “constituent” activity dilutes and enlarges its own limits, defining itself as a process always intersubjective, among specific individuals (or linguistic subjects), more than based on invariable principles, structural (or syntactic), referent to denotative “objects” of the reality (to which could be imputed a “truth-value”). In the same way, if the separation among linguistic system (of operation of the significance, approachable for the structuralist methodology) and its manifestations forces the structuralist method to determine an essential dichotomy among language (its formal structures) and its speaks (an intersubjective, human manifestation), this dichotomy loses its conceptual force in the measure in that linked elements are valued to the linguistic dialogical, enunciative or illocutional forms and processes, of questioning by which ways it is possible to be formed and to preserve these linguistic subjects while such, while users of a language, while valid or authorized speakers (what also embraces their conditions or productions of manifestation). Within this movement, where several different point of view can be welcomed from pertinent disciplines to the studies of the language (pragmatic, enunciative theories, discourse analysis, etc.), a essentially linguistic position grows up, in relation to the mental processes. Starting from this point, each one of the main characteristics that the cognitive sciences apply to its study object can be reconstructed.

However, so that it can be raised to the condition of a new epistemology, an intersubjective, interlocutive approach of the contents and mental processes should have the capacity to embrace pertinent interdisciplinary questions, especially concerning the constitution of cognitive processes. Such it is the case, for instance, of the narrow relationships imputed between language and music, between the linguistic processes and the musical manifestations, that can be presented between the most common axioms of the human knowledge. Meanwhile, the relationships between music and the human cognition have been raising a myriad of recent works in the most several correlate issues, which can be gathered under the generic term of musical cognition, or others of equal value. Studies about musical cognition constitute a scientific discipline as florescent as the diversity found in the own cognitive sciences, with several specific studies and general treaties, and including specialized scientific newspapers, research centers spread by the world. In general, for each one of the great areas of interest (or of the theoretical prerogatives) from where cognitive characteristics of our behavior are enunciated, there will be applications already formalized in the music terrain. The epistemological and interrelated bases inside of the researches in musical cognition, for its turn, were the theme of my recent master's degree dissertation (MELLO 2003).

In fact, the Linguistics, as an inter-discipline model, has a leader role in current theoretical and methodological postulations in several kindred areas of musical cognition. It is through a linguistic perspective (structuralist), therefore, that can already be shimmered a first form of introducing language in relationships with music: as the semiological system by nature, verbal

language is imposed as structural (structuralist?) model for other “languages”, among them the musical language, allowing them a previous form of denotation and of operation (as in BENVENISTE 1966). In this case, the music would resemble itself or “aspire” to a semiological or even structuralist system; in other words, a self-referring system where the interrelation rules among its elements are clearly shown or at least dipped of sense, of validity for the simple opposition that these elements do to each other, as in the structuralist prerogatives. A proposal as this can be considered as been disseminated in all the possible areas of dissemination of musical cognition: epistemology (SEEGER 1977), music analysis (LERDAHL, JACKENDOFF 1981), neuromusicology in its several formulations (DALLA BELLA, PERETZ 1999; BESSON KUTAS 1997, etc.), artificial intelligence applied to music (SMOLIAR 1980), theories of human race development, as much as children development (VANEECHOUTTE, SKOYLES 1998), etc. Therefore, it is evident here a case of interdisciplinarity, in the classical sense, between linguistic models and its application in cognitive contents in music.

But such “restricted interdisciplinarity” among knowledge objects maintains a condition of functional instrumentality, of comparison of appropriately reached goals, so much in the field of the language as mainly in the field of the music, which should be identified in agreement with the formal paradigms stipulated in our social medium. That is, the musical cognition will be prescribed starting from the present characteristics in the normal “music” that we knew, of the musical patterns established socially, of an preformed idea (idealization) of the musical contents. Plus than this, this “idea” (of what is the “musical”) is presented as possessor of a universal rational and causal character, once it is been formed by cognitive principles, or ultimately scientific (empiric, rationalist) ones. If a causal “needing” is stipulated between the musical perception and its objects, this causality doesn’t seem to supply new data nor for a free interpolation between music and musicality (between musical elements and its psychological effects), nor for a contingent relationship with the language and the Linguistics, for besides a mere instrumentality. And the deep questions of epistemological content stay without answer in this case: is the musical definable starting from the properties of the real manifestations of the music? Is the music, definable starting from declared properties of the musical? Or, closer of the relationship between music and language:

“Is music a language? [...] Or is it structured as a language? Of what material is it constituted? The ‘sound language’ [musical] and the ‘spoken language’ have a similar nature? [...] Would there be then] a type of ‘power’ or ‘management’ of music in the spoken language? Or should be the case that the expression ‘musical language’ would be more a type of metaphor? And if it exists, which is its place in the semiology”? (MORATO 2001).

Therefore, it should present deep consequences, for the musical cognition, the statement of the possibility of a new epistemology, a new theory of knowledge, intersubjective and involving an interconstitution among the language (the linguistic practices) and the cognition, or between these and the (contextual) environment that surrounds them. The musical objects (or manifestations) become no more definable simply starting from a causal, cognitive, logical mechanism (or simply sonorous, auditory). They will correspond to a process of identification, valoration and subjective interpretation (for subjects) of objects which can be considered as musical, bearers of a musical message. It is a epistemologically quite diverse paradigm of the explanatory causality looked for in the cognitivist perspectives: the emphasis leaves of being given in the musical object, and it returns to the subject; an objective mechanism of perception becomes taken as an interpretation process; and music stops being essentially a question of structure, and it passes linking merely

with a defined position. In other words, the musical instances can become considered as norms of operation of a certain discourse (of a certain ideological formation), and the musical manifestations, as subjective adaptations of construction of “possible places” of its perception -- the musical subjects. Finally, the musical cognition can be presented apart a description of empiric delimitations of musical objects (of musical phenomena), as witness of procedural particularities of events of formation of a musical subjectivity. In other words, not the cognition of music, but the cognition of a musical discourse, of a discourse about music.

The study of a speech in music can start from a discourse of the “musical” structures, to take as pertinent all the interrelation forms between a musical activity (a musical speech, a musical experience, etc.) and an imaginary constitution of the musical sign, or of the musical object. In the valued (constituent) weight of terms and of propositions involved in this relationship, in all the instances in which it is possible to determine the responsible individuals for the musical act (who or what makes music; for who; where; when; which are the requirements for music; subjects of value and aesthetic judgement, etc.). In the own technician-rhetorical character, present in the formulations of a “*musical metaphor*” (MORAES 1991) between its manifestations and its theoretical-functional delimitation. In the tendency (it would be said as “universal” as the musical manifestations themselves) of social, ideological imposition of musical systems, as natural systems, endowed with “ineffable” properties, beyond (or before) any formulation or material (concrete) indication, implicit, “metaphorical”, identified with a Music “itself”. It is also in the possibility of delimited studies, of specific “discursive” fields (MAINGUENEAU 1984), inside of a historical period (the Chinese musical system; the Gregorian song; the tonal system in several meanings; and so on), of a society or of a social (politic) relationship (the musical theory as a process of constitution of a social class, the musicians, or even as a induct, mythological ritual; the acculturalization, production and consumption processes of the musical objects;, etc.).

Of course, the incipency of approaches like these is so clear as the one of the construction of a new such “epistemology”, a intersubjective model for the fulcrum relationships between language and cognition. The case here is just it of point for the great matter of the musical subjectivity, for the several limits between the music and the non-music, like a central place in the future development of the musical cognition. And is it also it of facing these data as specific and local evidences, delimited, in the process of continuous construction of the human (and musical) knowledge, taking to new possible limits, to new possible forms, to new possible cognitions; would it be possible, after all, to give the scientific “last word” on music, to determine the possible structures, the possible sequences, the possible musical activities once and for all? And with relationship to the linguistic ones, or to the cognitive ones?

REFERENCES

- AUROY S. (1994). *Filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BARTHES R. (1990). *O óbvio e o obtuso - ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BENVENISTE E. (1966). “A semiologia da língua”. IN *Problemas de Lingüística Geral II*; Campinas: Pontes; pp 43-67; (1974).

- BESSION M., KUTAS M. (1997). "Manifestations életriques de l'activité de langage dans le cerveau". IN FUCHS C., ROBERT S.(orgs.); *Diversité des langues et représentations cognitives*; Paris: Ophrys; pp 251-271.
- DALLA BELLA S., PERETZ I. (1999). "Music Agnosias: Selective Impairments of Music Recognition After Brain Damage". *Journal of New Music Research* 28(3):209-216.
- DASCAL M. (1983). *Pragmatics and the Philosophy of Mind*. Amsterdam: John Benjamins.
- DUPUY J-P. (1996). *Nas origens das Ciências Cognitivas*. São Paulo: Editora da Unesp.
- FREITAS M.T.A. (1994). *Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação: um intertexto*. São Paulo: Ática.
- HAMLYN D.W. (1995). "Epistemology, history of". IN *The Oxford Companion to Philosophy*; Oxford University Press; online <http://www.xrefer.com/entry/551937> (citado em 09/12/02).
- LERDAHL F., JACKENDOFF R. (1981). "Generative Music theory and its relation to psychology". *Journal of Music Theory* 25:45-90.
- MORAES M.R. (1991). *Por uma teoria do ritmo : o caso da metáfora musical em lingüística*. Tese (Doutorado); Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- MORATO E.M. (1996). *Linguagem e cognição : as reflexões de L.S Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem*. São Paulo: Plexus.
- SAUSSURE F. (1916). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix; (1971).
- SEEGER C. (1977). *Studies in Musicology (1935)-(1975)*. Berkeley: University of California Press.
- SMOLIAR S. (1980). "Music programs: an approach to music through computational linguistics". *Journal of Music Theory* 20(1).
- VANEECHOUTTE M., SKOYLES J.R. (1998). "The memetic origin of language: modern human as musical primates". *Journal of Memetics - Evolutionary Models of Information Transmission* 02; online http://jom-emit.cfpm.org/1998/vol2/vaneechoutte_m&skoyles_jr.html (in 13/01/2003).



Este documento está licenciado com uma Licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalqual 4.0 Internacional**.

MELLO, Marcelo de Souza Franklin. "**Linguagem e cognição na constituição de uma cognição musical**" ("Language and cognition in the formation of a musical cognition"). Taubaté-SP: 51º GEL, 2003. Campinas-SP: IEL/UNICAMP, 2003. Documento online:
<http://marcelomelloweb.net/mmlinguagemcognicaconstituicaocognicaomusical.htm>.